

ALMIRANTE ALEXANDRINO FARIA DE ALENCAR

e as grandes transformações na Marinha do Brasil no início do século 20

Pedro Gomes dos Santos Filho *

Este artigo é uma síntese do trabalho vencedor do Concurso “Marquês de Tamandaré 2024”. A versão completa está disponível na Biblioteca do Clube Naval.



“**V**elho e bravo marinheiro, que nasceu para marinheiro, com o temperamento de marinheiro.” Esta frase, publicada pela *Gazeta de Notícias* em agosto de 1922, como homenagem por ocasião da escolha do seu nome para mais uma vez dirigir o Ministério da Marinha, retrata com fidelidade o Almirante Alexandrino Faria de Alencar.

Natural de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, filho do Capitão do Exército Alexandrino de Mello Alencar e de D. Anna Ubaldina de Faria Alencar, nasceu em 12 de outubro de 1848, ofereceu sessenta anos de sua vida ao serviço naval e sua atuação como Ministro no início do século 20 o rela-

ciona com as grandes transformações na Marinha do Brasil nesse período.

A CARREIRA

A primeira fase começou em outubro de 1865, na esquadra em operações no Rio da Prata, como aspirante, menos de um ano após ingressar na Escola de Marinha, embarcado na Fragata “Niterói”. O Almirante Tamandaré, preocupado com sua pouca idade, determinou seu retorno ao Rio de Janeiro, a fim de concluir o curso. Em 30 de novembro de 1868, como guarda-marinha, retornou à Divisão Naval de Montevideú, na fase final da Guerra da Tríplice Aliança. Completou oito meses em serviços de guerra, sendo agraciado pelo Governo da República Oriental do Uruguai com a Medalha de Campanha do Paraguai.

Promovido a segundo-tenente em 1870, seguiu sua carreira, e a chegada da República vai encontrá-lo como Comandante interino⁽¹⁾ do Encouraçado “Riachuelo”. Na manhã de 17 de novembro,

Solar localizado na cidade de Rio Pardo, onde, a 2 de outubro de 1848, nasceu o Almirante Alexandrino. O solar, construído em 1790, fica na Rua Almirante Alexandrino, nº 1096. É uma edificação tombada e, atualmente, abriga o Museu Municipal Barão de Santo Ângelo.

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/node/2640>





1868

Guarda-Marinha



1893/94

Capitão de Fragata



1899

Capitão de Mar e Guerra



1903

Contra-Almirante



1913

Ministro da Marinha

Fases da carreira – o navio é o Encouraçado “Aquidaban”
Imagem confeccionada pelo autor

Alexandrino, atendendo instruções do Almirante Wandenkolk, Ministro da Marinha, suspendeu com o “Riachuelo”, a fim de comboiar, até a Linha do Equador, o Vapor “Alagoas”, que conduzia D. Pedro II e a família imperial para o exílio na Europa.

A partir da eleição de Deodoro da Fonseca, em 1891, a instabilidade política do País se tornou mais acentuada, culminando com a deflagração da Revolta da Armada na madrugada de 6 de setembro de 1893. Alexandrino de Alencar, um dos revoltosos, assumiu imediatamente o comando do Encouraçado “Aquidaban”, portando-se com ousadia e bravura. Por três vezes forçou a barra do Rio de Janeiro, enfrentando o fogo das fortalezas florianistas. A participação de Alexandrino e do seu navio na Revolta da Armada terminou na noite de 15 de abril de 1894, quando o encouraçado, fundeado na Barra Norte de Santa Catarina, em Anhatomirim, foi atingido por um torpedo lançado pelo Caça-Torpedeiro “Gustavo Sampaio”, levando ao abandono do navio. Encerado o combate no mar, Alexandrino não desistiu e continuou lutando em terra, integrado à coluna do General Gumercindo Saraiva.

Em 22 de outubro de 1895, apresentou-se na Legação do Brasil em Montevideú, para anistia. Dois anos depois, foi reintegrado à Marinha, sendo nomeado Comandante Geral das Torpedeiras. Promovido a Capitão de Mar e Guerra, comandou o Encouraçado “Riachuelo”. Contra-Almirante,

foi nomeado Comandante da Divisão Naval do Norte e, fruto do excelente conceito conquistado junto à sociedade local, foi eleito Senador pelo estado do Amazonas. Tomou posse em maio do ano seguinte e começou a lutar pela reformulação do Programa Naval de 1904, proposto pelo Almirante Júlio de Noronha. Em junho, foi nomeado Ministro do então Supremo Tribunal Militar e, em 15 de novembro de 1906, assumiu o cargo de Ministro da Marinha, a convite do Presidente Afonso Pena. Alexandrino ainda seria nomeado mais duas vezes como Ministro, assessorando cinco Presidentes da República⁽²⁾.

Faleceu em 18 de abril de 1926, no cargo de Ministro da Marinha. Além das honras de Estado, ocorreram manifestações do Congresso Nacional, dos estados, de representantes estrangeiros, do Exército, da Marinha, de associações civis e, principalmente, da população do Rio de Janeiro, que lotou a Avenida Rio Branco para homenagear o excelso marinheiro.

AS ADMINISTRAÇÕES

Estrutura organizacional da Marinha

Durante a primeira gestão de Alexandrino (15 de novembro de 1906 – 15 de novembro de 1910) ocorreu a “Remodelação Administrativa da Marinha”, nome das várias modificações por ele efetivadas. Ao assumir novamente o Ministério (2

de agosto de 1913 – 15 de novembro de 1918), a estrutura moldada na sua primeira administração havia sido alterada pelo Almirante Marques de Leão. No início de 1914 promoveu o retorno a uma situação semelhante à que havia deixado em 1910.

Cerca de um ano após a sua posse como ministro pela terceira vez (15 de novembro de 1922 – 17 de abril de 1926), promoveu mais uma reformulação administrativa do Ministério, conhecida como “2ª Reforma Alexandrino”, sendo que as alterações realizadas nesse período receberam a influência da Missão Naval Americana, que chegou ao Rio de Janeiro em 1922.

A crítica principal às reformas era a excessiva centralização, que levava ao favorecimento de órgãos “protegidos”, em detrimento dos “adversários”. Alexandrino se defendia ponderando que de 1918 a 1922, quando não era Ministro, nada fora alterado.

Gestão de pessoal

A vontade de aprimorar os Corpos e Quadros de oficiais e praças foi demonstrada no primeiro período, por exemplo, dando novo regulamento ao Corpo de Marinheiros Nacionais. Ao assumir novamente a direção dos negócios da Marinha, em 1913, considerou quatro questões principais referentes à gestão de pessoal: necessidade do embarque, nova legislação sobre a Reserva Naval, rejuvenescimento dos quadros e lei de promoções. A Missão Naval Americana ajudou muito na solução dos problemas relativos ao pessoal.

Embora fossem suas prioridades e tenha apresentado propostas, nada de efetivo pôde ser realizado com relação ao rejuvenescimento dos quadros e à lei de promoções. A falta de ascensão na carreira persistiu como objeto de contundentes críticas à sua gestão de pessoal. A organização dos quadros de oficiais somente foi atingida por modificações de vulto em 1924.

Capacitação de pessoal e o Sistema de Ensino Naval

Em julho de 1907 criou oito Escolas de Aprendizes-Marinheiros, somando ao todo dezenove escolas, o que permitiu alcançar o efetivo de cerca de três mil alunos em 1910 (Dias, 1910), trouxe numerosos benefícios para a Marinha e foi de

grande valor social, considerando o alto grau de analfabetismo existente no País à época.

Para motivar as praças ao estudo, foi instituído o Prêmio Marcílio Dias, para os melhores alunos das Escolas de Aprendizes-Marinheiros e dos cursos de especialização das Escolas Profissionais. O prêmio ainda existe, concedido apenas aos aprendizes-marinheiros.

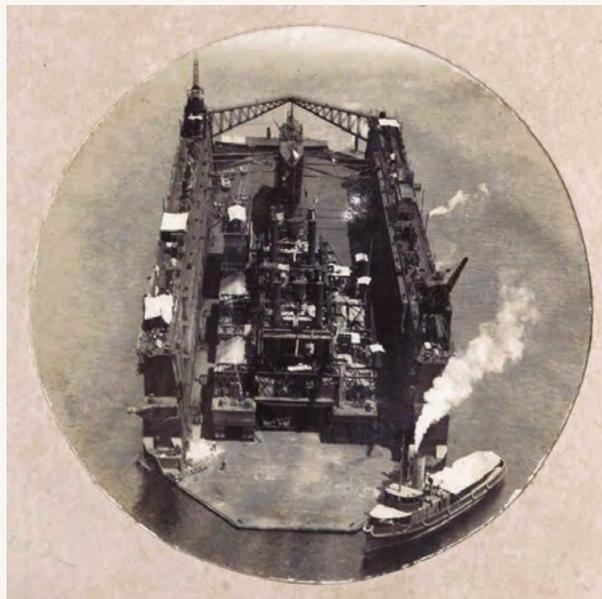
Em 11 de junho de 1914 foi inaugurada a Escola Naval de Guerra, com a presença do Presidente da República, e nesse ano a Escola Naval foi transferida para Angra dos Reis, RJ.

Criou, ainda, a Escola de Submersíveis e a Escola de Aviação Naval.

Aquisição de meios operativos

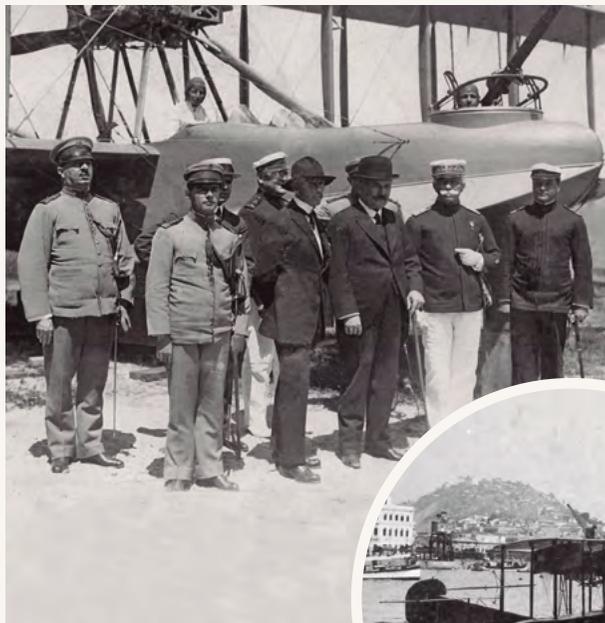
Com apoio do Barão do Rio Branco e com a brilhante atuação do Deputado Laurindo Pitta, foi aprovado, em 1904, o projeto de reaparelhamento da Marinha proposto pelo Almirante Júlio de Noronha, Ministro da Marinha. Mas, nova eleição levou Alexandrino novamente ao Ministério e, habilmente, justificou a necessidade de remodelação do Programa de 1904, favorecido pelas injunções diplomáticas e situação financeira favorável.

O novo programa permitia o aumento do deslocamento dos encouraçados e caça-torpedeiros



Em virtude da falta de um dique com capacidade de docar os encouraçados, foi adquirido um dique flutuante, batizado “Afonso Pena”. À época, o maior dique flutuante da América do Sul.

Foto: Arquivo da Marinha DPHDM



O Almirante Alexandrino, trajando o uniforme que leva seu nome, em companhia do Presidente Wenceslau Braz e de Santos Dumont, durante visita à Escola de Aviação Naval. Ainda se observa na primeira fila o Capitão de Mar e Guerra Thiers Fleming (esq.) e o Capitão de Corveta Aristides Guilhem. Ao fundo, uma aeronave Curtiss HS-2L, utilizada pela Aviação Naval de 1918 a 1923. A foto original foi tirada em novembro de 1918 por Jorge Kfuri, autor das primeiras fotografias aéreas do Rio de Janeiro.

Foto: Arquivo da Marinha DPHDM

(destróieres) e a substituição dos cruzadores-encouraçados por esclarecedores mais rápidos. Permitia, ainda, a construção de um navio-mineiro e um pequeno navio destinado à hidrografia, em substituição ao navio-carvoeiro e ao navio-escola. Devido a vários fatores, o Programa ficou limitado a dois encouraçados *Dreadnought*,

dois *scouts* (cruzadores-ligeiros ou leves) e dez destróieres, construídos em estaleiros ingleses, que chegaram ao Brasil em 1909 e 1910, ficando conhecidos como a “Esquadra de 1910”. Três submarinos seriam construídos na Itália, chegando ao País quatro anos depois. Em 1914 foram adquiridos três hidroaviões de instrução Curtiss F, modelo 1914, as primeiras aeronaves da MB.

A aquisição de meios na última gestão do Almirante Alexandrino deixou a desejar, principalmente se comparada à quantidade de navios que sofreram baixa no período de 1922 a 1926. A única aquisição de monta foi o Contratorpedeiro “Maranhão”, antigo navio inglês.

Em 1924 foi encomendado um submarino de esquadra, com capacidade de realizar minagem, considerado o primeiro submarino de combate da Marinha, o “Humaitá”, que teve sua quilha batida em 1925 e foi incorporado à Esquadra quatro anos depois.



Hidroavião Curtiss F (1916)
– primeira aeronave da Escola de Aviação Naval. Três hidroaviões foram adquiridos: C1, C2 e C3 (C1 no mar).

Foto: Arquivo da Marinha DPHDM

Operações navais

Fazendo jus ao orgulho que tinha de ser marinheiro, quando Ministro pela primeira vez criou o lema “Rumo ao Mar”, recebido com muita simpatia dentro e fora da Marinha, que resumia seu programa de incentivo à movimentação dos navios e ao adestramento.

Durante a 1ª Guerra Mundial, organizou a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), enviada para combater na Europa.

A situação de grave instabilidade no País vigente no seu terceiro período impediu a volta do antigo programa “Rumo ao Mar” com o mesmo vigor, mas os navios sediados no Rio de Janeiro mantiveram o adestramento na área da Ilha Grande.

neiro mantiveram o adestramento na área da Ilha Grande.

Concepção de emprego da Força Naval

Os ensinamentos colhidos na Batalha de Tsushima e a construção do *Dreadnought* inspiraram o Programa Alexandrino, que promovia alterações de vulto no Programa Júlio de Noronha, sem descartar a formação tática “Linha de Batalha”. Os encouraçados previstos deram lugar aos poderosos *Dreadnoughts*, dotados de bateria principal com canhões de 306 mm. Os cruzadores-encouraçados foram substituídos pelos cruzadores-ligeiros (*scouts*), de menor deslocamento e maior velocidade, para esclarecimento, cobertura do corpo principal e interceptação de forças ligeiras. Os destróieres de 650 toneladas, empregados para se contrapor, principalmente, aos navios menores providos de torpedos autopropulsados, desempenhariam o papel das torpedeiras com

maior eficiência por serem de maior porte, capazes de enfrentar o mar com maior desenvoltura.

O Programa Alexandrino atendia às concepções tática e estratégica vigentes e contribuía para as questões da diplomacia, pois à época o Brasil necessitava de respaldo militar para solucionar problemas de fronteiras ainda pendentes.

No derradeiro período dirigindo os negócios da Marinha, a concepção de emprego da Força Naval continuou praticamente a mesma da gestão anterior (1913-18). Entretanto, era necessário adquirir submarinos e navios-aeródromo. Lamentavelmente, as iniciativas no entreguerras foram tímidas, limitadas, no seu último período, às aquisições de aeronaves de bombardeio, reconhecimento e caça e à chegada do Submarino “Humaitá”.

Decididamente, a Marinha não chegaria preparada para o próximo conflito.

CONCLUSÃO

Não é exagero afirmar que o Almirante Alexandrino dirigiu a Marinha durante vinte anos, de 1906 a 1926, com breves interrupções. Mesmo quando não esteve à frente do Ministério, sua personalidade e as ações que empreendeu não deixaram que sua influência ficasse desvanecida. Também contribuiu o fato de que foram curtos os períodos das gestões dos outros ministros, tanto os militares, Marques de Leão, Belfort Vieira, Vespasiano Albuquerque e Gomes Pereira, quanto os civis, Raul Soares, Ferreira Chaves e Veiga Miranda. Pode-se afirmar, com pequena margem de erro, que, considerando tudo o que foi realizado, o período de doze anos, oito meses e quatorze dias realmente correspondeu a duas décadas. Sem dúvida, pelo que foi relatado neste trabalho, pode-se concluir que o Almirante Alexandrino foi o maior responsável pelas grandes transformações na Marinha do Brasil no início do século 20.

De tão importantes, essas transformações perduram até as primeiras décadas do século 21, pois organizações militares criadas nas suas reformas ainda exercem praticamente o mesmo papel com que foram concebidas há mais de cem anos, como a Escola de Guerra Naval, exemplo mais marcante dada a sua importância para a Marinha.

No setor de pessoal, ações em proveito da maior rapidez no fluxo de carreira, do aprimora-

mento dos Corpos e Quadros de oficiais e praças e da organização da Reserva Naval permitiram uma melhor estrutura. A fusão dos oficiais de convés com os de máquinas em um só Corpo, a criação de Escolas de Aprendizes-Marinheiros por todo o País, a estruturação do preparo intelectual dos oficiais em três fases (formação, aperfeiçoamento e altos estudos), a modernização das escolas profissionais e os prêmios escolares estão incluídos nas acertadas ações do Ministro Alexandrino, a quem se deve, ainda, a criação da Aviação Naval e da Flotilha de Submersíveis, iniciativas de valor incomensurável para a Marinha do Brasil.

A política do “Rumo ao Mar” serviu para motivar a Marinha, evitando a vida inerte e burocrática dos portos, que tanto prejudica a disciplina e a profissionalização. Com relação à concepção de emprego da Força Naval, embora haja opiniões divergentes, muitos estudiosos afirmam o acerto do Programa de 1906, pois seus navios se adequavam às concepções tática e estratégica predominantes e contribuíram efetivamente para a política externa brasileira.

As críticas são válidas em certa medida, entretanto, comparadas com as homenagens recebidas por Alexandrino, perdem seu elã. Em 1940 foi erguido um imponente monumento em sua memória no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, e seu nome foi eternizado ao batizar navio, ruas, ponte, organização militar, uniforme, revista,



Durante a sua 2ª administração, o Ministro Alexandrino adquiriu os primeiros submersíveis Classe “Foca” (F1, F3 e F5), além do Tender “Ceará”.
Fonte: 100 anos da Força de Submarinos (2014); tela de Miranda Júnior, 1975

clube, prêmio, taça esportiva e até explosivo, deferência do Almirante e cientista Álvaro Alberto, ao solicitar a mudança de nome do explosivo por ele inventado Super-Rupturita para Alexandrinita.

Este trabalho chega ao seu final como começou, citando outra frase do mesmo artigo do jornal *Gazeta de Notícias*, de agosto de 1922, em homenagem a Alexandrino: “... se a vida do Almirante Tamarandé é a própria história da Marinha Imperial, a do Almirante Alexandrino o é da República”. ■



Em fevereiro de 1915 foi inaugurada a Ponte Pênsil “Alexandrino de Alencar”, que ligava o Hospital Central da Marinha e o Batalhão Naval, ambos localizados na Ilha das Cobras, ao continente. A ponte foi batizada em homenagem ao ministro, que ordenou a sua construção, a fim de resolver o problema do transporte de pessoal e material entre o Arsenal de Marinha e a Ilha das Cobras.

Foto: Arquivo da Marinha DPHDM



Jornal O Paiz,
edição de 19 de abril de 1926, notícia o falecimento do Almirante Alexandrino.
Fonte: BN Digital



Sala Almirante Alexandrino – gabinete do Comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, 1917. Observa-se a foto do ministro em destaque.

Foto: Arquivo da Marinha DPHDM

NOTA

(1) O comando era interino porque o comandante do navio deveria ser capitão de fragata e Alexandrino era capitão-tenente. Ainda não havia na Marinha brasileira o posto capitão de corveta, criado em 1906.

(2) O Presidente Wenceslau Braz ficou afastado um mês por motivo de doença, assumindo o Vice-Presidente, Sr. Urbano Santos. Assim, a rigor, Alexandrino assessorou, como Ministro, seis Presidentes da República.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Carlos Ramos de. *Alexandrino, o Grande Marinheiro (1948-1926)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1989.

CAMINHA, Herick Marques. Estrutura Administrativa da Marinha na República. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985, v. 5, II, p. 13-66.

CAMINHA, Herick Marques. Estrutura Administrativa do Ministério da Marinha na República. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997, v. 5, IB, p. 9.

DIAS, Arthur. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da marinha de guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1910.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

MARTINS, Hélio Leôncio. Operações. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985b, v. 5, II, p. 121-143.

MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. A Marinha Imperial. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001, v. 4, p. 179-186.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

* Capitão de Mar e Guerra (Ref°), vencedor do Concurso Marquês de Tamandaré, edição 2024.